

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

ATA Nº 008

PRESIDENTE - DEPUTADO GUILHERME MALUF

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida pelo Deputado Guilherme Maluf, para debater as políticas públicas que objetivam a redução dos casos de violência contra a mulher em Mato Grosso.

Convido para compor a mesa o Dr. Jamilson Haddad Campos, Juiz de Direito da 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (PALMAS); Drª Lindinalva Rodrigues Dalla Costa, Promotora de Justiça e Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (PALMAS); Drª Rosana Leite Antunes de Barros, Defensora Pública do Estado de Mato Grosso e Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher (PALMAS); Drª Jozirlethe Magalhães Criveletto, Delegada Titular da Delegacia da Mulher de Cuiabá (PALMAS); Major Rafael Dias Guimarães, Coordenador do Gabinete de Gestão Integrada, neste ato representando o Secretário de Segurança Pública, Dr. Gustavo (PALMAS); Drª Ana Cristina Feldner, da Delegacia de Homicídios de Cuiabá (PALMAS); Tenente-Coronel Rosalina Gomes de Pinho, Coordenadora da Polícia Comunitária e Direitos Humanos, neste ato representando a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PALMAS); Dr. Francisco Edmilson de Brito Júnior, Procurador, neste ato representando o Procurador-Geral da Assembleia Legislativa, Dr. Grhegory Paiva Pires Moreira Maia (PALMAS).

Agradeço a todos os presentes, a todas as autoridades.

Composta a Mesa de Honra, convido a todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional.

(NESTE MOMENTO É EXECUTADO O HINO NACIONAL.)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Agradeço a presença da Drª Maila Aletéa Zanatta Cassiano Ourives, Defensora Pública do Estado de Mato Grosso; Drª Juciliana Martins, Advogada, neste ato representando a Rede de Enfrentamento da Violência Doméstica; Srª Mariluce Galdino Delgado, Superintendente Estadual de Políticas para a Mulher; Srª Tainara Moraes Umbelino, Assistente Social, neste ato representando a Srª Alexandra Nogueira, Presidente da Organização da Sociedade Civil Lírios/Várzea Grande; Srª Maria Orli de Matos, Presidente da União Cuiabano de Clube de Mães; Srª Izatelma de Oliveira Lara, Presidente do Sonho Meu, Pedra 90; Sr. Dejany Cristina Pereira, Assessora, neste ato representando o Deputado Federal Ságuas Moraes; Srª Joice Lombardi, Conselheira do Conselho Municipal de Direitos da Mulher.

Eu fiz questão de requerer esta Audiência Pública, especialmente neste mês, em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, no dia 08.

Seria muito bom, Dr. Jamilson Haddad, estarmos discutindo mais investimentos em políticas públicas; estarmos discutindo programas, projetos referenciados ao gênero feminino,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

mas optamos por debater e discutir algo que não é mais novidade, mas que é algo presente na nossa sociedade, hoje, especialmente em Mato Grosso, que é a violência contra a mulher. Temos indicadores que não nos orgulham e que mostram que a violência contra a mulher no nosso Estado, ainda, é algo importante e que vem aumentando. Apesar dos mecanismos que dispomos na nossa sociedade, como as Delegacias, a Defensoria, enfim, mecanismos públicos que podem preservar a integridade da mulher, nós temos, ainda, indicadores relevantes no que se refere à agressão, à violência contra a mulher.

Eu trouxe para esta Audiência Pública pessoas ilustres que têm uma história de luta quanto à violência contra a mulher. Todos que aqui estão sentados merecem especial papel pelo que desempenham à frente dessa luta quanto à violência contra a mulher. Essas pessoas merecem ser referenciadas como tal. E eu gostaria de ouvir essas pessoas que estão compondo a mesa.

Acho que o Poder Público, especialmente aqueles poderes que detêm orçamentos, ou seja, governadores, prefeitos e, também, os legislativos, os legisladores podem fazer muito mais, muito mais pelas mulheres.

Recentemente - estou vendo minha amiga aqui do Residencial Sonho Meu, do Pedra 90 -, apresentamos uma legislação para concedermos os títulos às residências que foram feitas pelo FETHAB, na época do Blairo Maggi. Só que, hoje, ainda, o Residencial Sonho Meu não pode ter o título efetivado, mas a Lei teve uma parte vetada. Nós vamos derrubar o Veto. Já está conversado com os Deputados da Casa. E a preferência escrita em lei, determinada em lei, é que essas moradias serão tituladas em nome das mulheres. São políticas como essa que temos que encorajar e trazer para o debate.

Vejo que, ainda, há pouco investimento para que as mulheres possam tomar créditos. Especialmente na microeconomia a mulher tem dificuldade de tomar crédito. Tínhamos que ter facilitadores para que elas pudessem começar algum tipo de negócio. O homem, ainda, leva uma vantagem muito grande. Enfim, são muitas ações que nós podemos implementar para que as mulheres saiam de uma situação de inferioridade na relação familiar, porque a maioria das violências, ainda, acontece em âmbito familiar. É a realidade! As pesquisas demonstram isso, mas tendo mais poder essas mulheres poderão se defender, poderão se tornar mais independentes.

Nós vamos ouvir as autoridades aqui presentes e, depois, abrir a palavra a quem quiser fazer uso dela. Vamos tentar tirar algumas propostas para que possamos avançar em políticas públicas no Estado de Mato Grosso.

Eu gostaria de convidar para fazer uso da palavra a Dr<sup>a</sup> Jozirlethe Magalhães Criveletto, Delegada titular da Delegacia da Mulher de Cuiabá.

Seja bem-vinda, Doutora!

A SR<sup>a</sup> JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO - Boa tarde a todos!

É muito bom ver que tem muita gente conhecida. Vou quebrar o protocolo já cumprimentando vocês, primeiramente, antes de cumprimentar os componentes da mesa.

Como todos são amigos, eu peço licença ao Presidente desta Audiência Pública para cumprimentar todos os componentes da mesa em nome da minha colega Dr<sup>a</sup> Ana Cristina, da Delegacia de Homicídios de Cuiabá.

Retornando, então, quero dizer a todos vocês que já estivemos aqui em outras oportunidades falando sobre violência contra a mulher e não gostaria de ser muito repetitiva hoje.

Sem tomar muito tempo de vocês, gostaria de fazer algumas colocações em relação à Delegacia da Mulher, porque acreditamos que a Delegacia venha a ser, talvez, a primeira mais importante política pública em relação a essa questão de enfrentamento à violência contra a mulher.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

A nossa Delegacia de Cuiabá, Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, é uma das únicas criada em Mato Grosso, realmente, como especializada de defesa da mulher. Ela foi criada em 1985, pela Lei nº 4.965, e traz em seu bojo o atendimento exclusivo de defesa da mulher. Hoje, temos algumas outras delegacias em Mato Grosso que foram criadas para atendimento à mulher, criança e idoso.

Então, essa é a primeira questão a ser colocada para conhecimento de vocês, para nós que buscamos e lutamos pela implementação de políticas públicas.

Então, a Delegacia de Cuiabá por Lei foi criada para, exclusivamente, atendimento em defesa da mulher. Isso é o que está na Lei. Na prática, hoje, temos agregado, dentro da Delegacia da Mulher, um Núcleo de Atendimento ao Idoso. Essa construção, na prática, foi feita porque - mais uma vez vamos falar de orçamento - o Governo, sem orçamento para construir uma delegacia própria para o idoso, criou o Núcleo de Atendimento dentro da Polícia Judiciária Civil. E para que esse núcleo de atendimento tivesse um espaço que, hoje, está sendo ocupado na Delegacia da Mulher de Cuiabá. Então, existe uma equipe que é independente para atendimento ao idoso que ocupa o espaço do prédio da Delegacia da Mulher de Cuiabá hoje. Então, hoje, a vítima de violência, a vítima mulher, que chega para atendimento na Delegacia pode vir a se deparar, realmente, com outras vítimas de outros casos que não seriam afetos à Delegacia da Mulher.

Para podermos ter a noção do que a Delegacia da Mulher tem feito precisamos entender que antes da Lei 11.340 a delegacia trabalhava com um pouquinho mais de celeridade, porque tínhamos a maioria dos crimes voltada para o Juizado Especial Criminal. Então, eram crimes mais céleres para você fazer um procedimento e você tinha uma demanda grande, mas essa atividade de investigação era um pouquinho mais célere. Aí não significa celeridade com efetividade.

A partir da Lei 11.340 passamos, então, a ter maior efetividade. Por quê? Porque a Lei de Juizados Especiais já não trazia essa sensação de punibilidade. Nós que entendemos e estamos na luta há muitos anos sabemos que para o Juizado Especial Criminal, que existia antes aquele procedimento de cesta básica, já não interessava para a mulher como luta e como efetividade dos direitos aquele procedimento.

Nasce, então, a Lei 11.340 que prevê uma maior celeridade nos procedimentos. E isso significa o quê? Maior trabalho, maior serviço à Delegacia da Mulher, maior demanda à Delegacia da Mulher. Então, isso trouxe à própria Delegacia grandes desafios a serem enfrentados.

Então, o que eu quero que todos nós entendamos hoje? Que o efetivo que se tinha antes para a Delegacia da Mulher é o que temos hoje, a metade. Ao passo que nós tivemos um incremento na Lei, para que essa Lei pudesse ser mais eficaz no atendimento à violência contra a mulher, também, tivemos o problema de estrutura, de oferecer essa estrutura necessária para que essa mulher seja atendida.

Hoje, a Delegacia oferece um pronto-atendimento para essas vítimas, conforme diz na Lei 11.340 que tem que ser feito. Hoje, a vítima que procura a Delegacia tem medidas protetivas para serem feitas; tem retirada de pertences para serem feitos; tem casa de amparo para ser encaminhada; tem que ser encaminhada para requisições de exames; encaminhamentos para tratamento de todas as formas de atendimento psicossocial, mas nós esbarramos em grandes desafios, a começar pelo nosso prédio que, hoje, não é próprio. Hoje, não temos uma estrutura adequada e, sequer, física. O nosso prédio é alugado. Nós temos um orçamento de aluguel que não ultrapassa 17 mil reais, cerca de 17 mil e 500 reais para aluguel desse prédio.

Então, começamos com a questão da estrutura. Hoje, não temos o efetivo necessário para atendimento da demanda. São cerca de 20 mulheres por dia que passam, hoje, pela

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.

---

Delegacia da Mulher para todos os tipos de atendimentos relacionados à violência. Nós não atendemos somente violência doméstica, atendemos violência sexual, atendemos outros tipos de violência, por exemplo: a briga de uma mulher com a sua colega de trabalho é na Delegacia da Mulher; a briga de uma vizinha com a outra vizinha é na Delegacia da Mulher; a briga de uma mulher com o seu esposo, o seu marido, é na Delegacia da Mulher; uma mulher violentada na rua, no coletivo, no trabalho, é na Delegacia da Mulher. Hoje, passam pela Delegacia da Mulher cerca de 20 a 25 pessoas por dia. Todas essas mulheres que chegam à Delegacia da Mulher - você, você, você - querem ser atendidas. Não é assim? Quem quer chegar à Delegacia e a alguém lhe dizer: “Volte amanhã, porque, hoje, não temos mais vaga para lhe atender!” Ninguém gosta! Todos querem ser atendidos no mesmo momento. Esse é o nosso grande desafio: estrutura, efetivo, policial para fazer esse atendimento.

Outro desafio que nós temos hoje é a questão de que esse efetivo seja, realmente, um efetivo que tenha perfil para esse atendimento, porque além de a pessoa, a mulher, que chega querer ser atendida, ela quer ser atendida com um atendimento humanizado. Não é? Ninguém gosta de chegar a um local e ser mal atendido.

Então, nós precisamos capacitar esses servidores. Precisamos que esses servidores que trabalham na Delegacia da Mulher, realmente, tenham um perfil de atendimento humanizado, de atendimento a essa mulher, que garanta que esse profissional realmente vista a camisa, que ele realmente entenda da causa da mulher e consiga estar lá porque gosta, não porque é obrigado a estar lá. Então, esse também é outro desafio da Delegacia da Mulher.

Estou falando de desafio, desculpem-me, como é uma audiência pública, Deputado, estamos aqui para discutir.

Estou falando rapidinho, porque tenho pouco tempo.

Em relação a essa questão da integração da Delegacia com os outros órgãos, também, cito aqui outro desafio para enfrentarmos, que é efetivamente a composição da rede. Hoje a Secretaria de Segurança Pública instituiu a Câmara Temática, então hoje nós temos uma Câmara Temática dentro da Secretaria de Segurança Pública que envolve esses outros órgãos ligados ao enfrentamento da violência contra mulher justamente para que possamos discutir e encontrar diretrizes para que então tenhamos um melhor enfrentamento a essa questão, principalmente dos feminicídios aqui em Mato Grosso e na Capital Cuiabá, que seria o nosso caso, este ano um pouco maior do que o ano passado e do que foram os outros anos. Então hoje a Câmara Temática tem buscado agregar e congregar esses outros órgãos para que possamos buscar mecanismos de como fazer esse enfrentamento.

Uma das questões que já foram discutidas e já tem sido implementada é a questão da estatística. Nós não tínhamos nem definida uma estatística de feminicídios em Mato Grosso. Então, a Secretaria vem trabalhando nesse processo de melhoramento do boletim de ocorrência para a coleta desses dados e assim conseguirmos apresentar uma melhor estatística a nível nacional desses números, realmente números puros.

Logicamente temos muita coisa para ser discutida, para que seja implementada, há outras ações, ações que o Conselho da Mulher vem brigando, vem batalhando e por meio do Conselho da Mulher temos conseguido algumas vitórias - acredito que a Dr<sup>a</sup> Rosana irá falar sobre isso -, mas o que eu gostaria de deixar como reflexão mesmo para nós nesta tarde e como contribuição é de que maneira iremos enfrentar a questão da mulher em Mato Grosso. E quando digo isso, não estou aqui dizendo apenas como Delegacia da Mulher de Cuiabá, mas também a mulheres

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

cidadãs que estão no interior do Estado, onde não existe nenhuma porta de entrada para essas mulheres.

Nós temos hoje problemas com a Delegacia da Mulher de Cuiabá, todos esses desafios que enfrentamos, mas precisamos pensar que têm mulheres no campo que não possuem sequer uma delegacia, uma defensoria, uma promotoria onde ela possa ir.

Quais são as políticas públicas que estamos discutindo para esse tipo de respaldo? O que precisamos discutir? O que precisa ser feito para essas mulheres que estão no campo e não veem nem porta de entrada onde elas possam ir?

Às vezes é fácil olharmos quem está na cidade, mas como é que está no campo irá quebrar esse ciclo de violência e procurar: “ah, eu vou para a cidade, vou denunciar”.

E o após a violência? Quais são as políticas públicas que estamos aqui discutindo para que sejam feitas após essa violência? Hoje, não temos o monitoramento dessas mulheres após a violência. A Delegacia vem fazendo um trabalho de conscientizar essas mulheres de que elas precisam procurar a delegacia no momento do descumprimento dessas medidas protetivas. Então, nós falamos para essa mulher voltar, retornar a delegacia, fazemos essa informação para o Poder Judiciário, mas não temos como monitorar o que acontece com essa vítima após ela quebrar esse ciclo de violência.

Como é que fica a vida dessa pessoa em termos profissionais? Como é que ela retoma a vida dela?

Temos que entender que isso também faz parte de políticas públicas pós-violência.

Então, são reflexões que eu gostaria de deixar para vocês, porque hoje temos visto grandes casos, infelizmente, trágicos de feminicídios no Estado de Mato Grosso inteiro – creio que a Dr<sup>a</sup> Ana irá falar mais a esse respeito dos feminicídios – e temos percebidos que em muitos casos de feminicídio a vítima nunca registrou um Boletim de Ocorrência.

A pessoa que muitas vezes não tem o entendimento acerca da violência doméstica pode perguntar: “ué, se ela nunca registrou, de repente, foi um caso isolado”. Não, gente! É justamente essa a questão. Às vezes, a mulher não tem condição, não tem estrutura adequada que ofereça a ela todo esse aparato para que ela denuncie...

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) – A senhora dispõe de um minuto, doutora.

A SR<sup>a</sup> JOZIRLETHE MAGALHÃES CRIVELETTO – Então, nesse caso...

Estão vendo? Tenho que acabar.

Esses são justamente os casos em que percebemos que essa mulher chega ao último grau do ciclo de violência, que é a morte, porque ela não teve o espaço, não teve a estrutura necessária para conseguir enfrentar aquela violência doméstica.

Então, eu gostaria de chamar a atenção para esses casos de subnotificação que hoje temos, que é grande, são milhares de mulheres hoje, que não procuram denunciar e muitas vezes chegam num último grau da violência doméstica.

Então, essas são minhas colocações.

Estou à disposição de todos aqui. Muito obrigada por vocês me ouvirem.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) – Obrigado, doutora.

Quero fazer uma retificação e registrar a presença da Dr<sup>a</sup> Josiliana Martins, advogada, neste ato representando a Rede de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Subseção da OAB Várzea Grande.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Gostaria de convidar para fazer uso da fala a Dr<sup>a</sup> Lindinaival Rodrigues, Promotora de Justiça, Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica do Ministério Público.

A SR<sup>a</sup> LINDINALVA RODRIGUES DALLA COSTA – Muito boa tarde a todos e a todas.

Gostaria de cumprimentar a mesa na pessoa do Deputado Guilherme Maluf, a quem parabeno pela iniciativa de novamente estarmos aqui debatendo esse tema tão importante, que é o enfrentamento da violência doméstica.

Gostaria de cumprimentar todos os presentes na pessoa das psicólogas Cristina e Fernanda, que trabalham no nosso Projeto Homens que Agradam não Agridem, do nosso Ministério Público, da Assembleia Legislativa, do Governo e Tribunal de Contas, e também da nossa querida assistente social Renata Teixeira.

Vocês fazem um trabalho de formiguinha, mas um trabalho muito importante quando vocês vão para os canteiros de obras, às empresas e falam para aqueles homens a importância de não agir de forma violenta e agressiva.

Parabeno as três por tocarem esse projeto de suma importância para a nossa comunidade.

Há onze anos trabalhando nessa questão de enfrentamento à violência doméstica, eu vejo, até por fazermos um aparato de todos os Estados da Federação, que Mato Grosso é um dos piores estados em questão de política pública para mulheres do Brasil.

Mato Grosso é o único Estado Brasileiro que não tem sequer um Centro de Referência para Atendimento das Mulheres em Situação de Violência. Isso é uma coisa muito grave. As pessoas vão imaginar, a sociedade e as mulheres imaginam que vamos combater a violência doméstica a golpe de lei, que a Lei Maria da Penha por si só vai conseguir proteger essas mulheres. E os feminicídios que aí estão mostram e confirmam isso, embora trabalhemos muito.

Ministério Público, Defensoria, Judiciário, Delegacias de Polícia, Polícia Militar; sem as políticas públicas do Poder Municipal, Estadual e também da União, não vamos conseguir salvar ou cuidar dessas mulheres de forma adequada.

Nós tínhamos aqui, Deputado Guilherme Maluf, um Centro de Referência que a União mandou os recursos para criar esse Centro para as mulheres, chamado Revive, e por incrível que pareça, esse centro de referência para as mulheres foi transformado em um Centro de Referência de Atendimento Social – CRAS ou em uma Coordenadoria Regional de Saúde – CRES, embora tenha sido criado pela União em convênio com o município. Quer dizer, o pouco que nós tínhamos foi nos tirado.

A Casa da Mulher Brasileira ninguém vai me tirar mais do gabinete para ir olhar isso, porque até em inauguração de terreno eu já fui umas cinco vezes. Eu não vou mais. No dia em que estiver pronto o prédio, eu vou lá.

Eu acho que é brincar com as mulheres deste Estado. Nós que somos 51% das eleitoras do Brasil e deste Estado, elegemos os nossos representantes, temos que cobrar essas políticas públicas, porque não adianta Dr. José; onze anos reclamando que a Delegacia de Polícia da Mulher não tem estrutura e eu não vi nenhuma mudança nesse tempo todo.

É uma coisa desanimadora, desalentadora. Por quê? Porque Delegacia de Polícia é a porta de entrada; como que a mulher vai chegar lá e pegar uma senha para voltar na semana seguinte, pelo motivo de não ter quem a atenda. Não tem como resolver todas as questões. É igual ao

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Pronto Socorro, você escolhe quem vive e quem morre. Nunca saberemos na violência doméstica, onde estará a nossa próxima vítima de um feminicídio.

Por quê? Porque a ameaça nos casos de violência doméstica vem de um companheiro que sabe onde a vítima mora, sabe onde trabalha, conhece os passos dela, sabe tudo. Então, eles estão livres na nossa cidade e no nosso Estado para desproteger as mulheres. Eu fico muito triste por conta dessas questões, por nós não termos um centro de reeducação dos homens agressores conforme prevê a Lei Maria da Penha, porque se não trabalharmos esses homens, não vamos proteger as nossas mulheres, e quando nós trabalharmos com os homens, faremos uma política pública de defesa das mulheres, dado que não adianta o homem deixa de agredir aquela mulher só em razão de estar com medo da lei naquele instante.

Ele tem que aprender a lidar com a adversidade, com a contrariedade, tem que se reeducar, tem que deixar de ser machista, tem que saber que a mulher tem o mesmo direito que ele e para isso precisamos de projetos sérios de reeducação.

Mas aí tem que ser muito maior do que: “Homens que agradam, não agredem”; no qual temos aqui. Temos que ter isso nos presídios para todos os homens que lá entram como tivemos um projeto: “Lá em casa quem manda é o respeito” que não temos mais, mas precisamos de mais políticas públicas que podem salvar as vidas das mulheres reeducando esses homens, o que nós não temos.

Nós temos apenas uma Lei e profissionais trabalhando do jeito que podem para proteger essas mulheres; sofrendo quando observam que não conseguimos fazer isso, por quê? Porque não temos sequer uma política, um projeto sério para colocar as mulheres em alerta, porque as vítimas têm que ter a noção de que colocam a vida em risco, quando estão vivendo com alguém violento. Mas elas não têm noção, muitas vezes, de que o pai do seu filho, de que o seu ex-companheiro, de que aquele que dizia que a amava, seja capaz de matá-la.

Então, a vítima está em situação de risco, mas ela não tem noção. E isso só conseguiremos elucidar por meio de grandes projetos e grandes campanhas, para que as mulheres saibam que, realmente, a primeira pessoa que elas devem ter em mente, que elas devem ficar alertas, que elas estão em situação de perigo, porque não vamos conseguir abarcar todos os casos. Se essas mulheres não souberem que estão em situação de perigo e se nós, do Estado, não estivermos prontos para recebê-las quando esse perigo é uma ameaça ou é uma lesão. Se demormos a agir, esse homem terá tempo suficiente até para tirar a vida dessa mulher.

Então, essa falta de política pública; somos uma capital e não temos política pública para mulheres efetivamente. Imaginem, então, no interior como é que fica? Eu não conheço a realidade do interior, só conheço da nossa capital. Mas, eu imagino se não temos sequer um centro de referência na Capital.

A Dr<sup>a</sup> Jozi está há 11 anos lidando com a delegacia; quando eu pensei que a delegacia fosse reformar, melhorar, mudaram-a de prédio e o outro prédio ficou lá sem reformas, sem nada e ao invés de melhorar, piorou.

Eu tenho algumas sugestões simples para que possamos ter políticas públicas de verdade para as mulheres no nosso Estado e na nossa Capital. Seria a criação da Patrulha Maria da Penha. Já existe em vários estados da Federação, algo simples de se fazer com o próprio efetivo da Polícia Militar, coloca-se uma parte da polícia especificamente para cuidar apenas dos casos da Maria da Penha, é por isso que se chama Patrulha Maria da Penha. Para que essa patrulha possa acompanhar essas ocorrências, por quê? Porque o policial, muitas vezes, que atende um latrocínio,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

um roubo, ele escuta um caso de um homem que está discutindo, batendo na mulher, ele não vai dar a importância, a relevância que aquele caso, realmente, tem.

Então, se nós tivermos uma patrulha especializada só nisso, nós não vamos ter caso de minimização ou de ocorrências que deixam de ser levadas em consideração naquele momento com a urgência que é necessária.

E o mais importante ainda dessa patrulha é que ela tem como finalidade também o acompanhamento do cumprimento das medidas de proteção, porque medidas de proteção é um papel que o juiz dá para o homem, fala assim “não aproxima dela”, é só isso. Se nós não tivermos quem acompanha efetivamente isso para saber se o homem está cumprindo... Mulheres muitas das vezes nem entende o que está escrito nesse papel, o que significa realmente aquela medida, ela se apodera daquele papel e daquela medida e fala “o juiz mandou, eu estou protegida”, e nós sabemos que não é assim.

Então, uma criação, Deputado, dessa patrulha Maria da Penha seria algo bem simples, porque não precisaria criar um efetivo novo, mas apenas selecionar policiais que queiram trabalhar, que tenham perfil para trabalhar nessa área, para atuarem como uma patrulha Maria da Penha, um exemplo que já existe em outros Estados.

Também nós sugerimos, o que temos sugerido há muito anos, o plantão vinte quatro horas nas delegacias da mulher, o que não temos hoje, a maioria dos casos acontece no final de semana, nos feriados, em que a delegacia da mulher não está acessível, e a mulher tem que se dirigir para outra delegacia. O Governador prometeu que vai ter essa delegacia vinte quatro horas, eu estou esperando e acho que vocês têm que esperar e cobrar, porque isso é uma política pública imprescindível para garantir a porta de entrada das mulheres que sofrem com a violência doméstica.

Projetos para reeducar os homens e a reestruturação da delegacia da mulher com a contratação de psicólogos, assistentes sociais, ter na delegacia pessoas em número suficiente para atender as pessoas e que tenham perfil, como a Dr<sup>a</sup> Jozirlethe já falou.

E o mais importante que eu vejo hoje depois de todos esses anos atuando na violência doméstica: é uma vergonha que nós não tenhamos um local para colocar os homens que são drogaditos alcoólatras. Nós não temos. Quando esses homens começam a agredir, vender tudo da mãe, por exemplo, que é uma violência doméstica também, porque é só a mãe que fica no final nessa fase da drogadição. O cidadão vende tudo que tem na casa, corta até os fios, furta comida, a mãe vive um inferno na terra por conta do problema da dependência química, e nós não temos aonde enviar, nós colocamos só para... É um faz de conta para onde nós mandamos, porque nós não temos um local adequado e que consiga atender toda essa demanda de pessoas com problemas.

E nós temos a violência doméstica, mais ou menos de 30 a 40% dos casos são ligados ao problema do álcool e da droga, e nós não temos no Estado, na nossa Capital, um local adequado nem para internar e nem para tratar esses homens que têm problema de álcool e droga e que voltam a reincidir, há um número de reincidência cada vez mais grave contra a companheira e, principalmente, contra as suas genitoras.

Então, eu acho que esse seria um espaço adequado para que nós, mulheres, possamos nos empoderar dos nossos direitos e cobrar efetivamente essas políticas públicas para todas nós, porque já passou do tempo de falarmos só para nós mesmas.

Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) – Muito obrigado, Dr<sup>a</sup> Lindinalva.

Convido o Dr. Jamilson Haddad Campos, Juiz de Direito da 1<sup>a</sup> Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Cuiabá.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

O SR. JAMILSON HADDAD CAMPOS – Boa tarde a todos!

Exmº Sr. Deputado Guilherme Maluf, é uma honra estar aqui nesta Casa de Leis, que representa o Legislativo no Estado de Mato Grosso e que tem como sua finalidade primordial desenvolver projetos legislando em relação a todas as temáticas na seara da vida humana no Estado de Mato Grosso. Então, estou muito feliz por estar novamente aqui.

E projetos em que Vossa Excelência tem... Se não me engano, já é a terceira vez que eu vejo projetos que Vossa Excelência traz, outros foram para atender mulheres, famílias, projetos para mulheres de assentamento, de capacitação também, e agora esse projeto de combate à violência e políticas públicas para diminuição da violência contra a mulher.

Então, cumprimento todos os integrantes da mesa na sua pessoa.

Senhoras e senhores, é com muita alegria que vejo, hoje, esta temática de tamanha relevância à população, ao ser humano e que está sendo uma atividade central neste dia aqui, na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Conheço vários rostos e convivo com várias autoridades que estão aqui presentes que são verdadeiros guerreiros nessa temática que tanto tem entristecido o Brasil e o Estado de Mato Grosso.

O Brasil é, Ana Emília, o quinto País mais violento do mundo em crimes contra as mulheres. Mato Grosso – estamos, hoje, com a Doutora Rosana, vinte? Vinte homicídios já? Femicídios no Estado de Mato Grosso!

Isso é, Deputado Guilherme Maluf, de extrema gravidade, um termômetro de preocupação relevante que dá toda legitimidade a esta Audiência Pública e Vossa Excelência está aferindo com muita responsabilidade essa preocupação, que é uma preocupação de toda a população do Estado de Mato Grosso.

Nós temos que um crime...

Quando acontece uma violência contra a mulher ela impacta na vida dessa mulher, impacta na vida do agressor, também. São questões complexas, quando você estuda, você tem um aprofundamento da complexidade que se insere nas pessoas que estão interligadas a essa violência. Ela impacta nas crianças que presenciam essa violência dentro de casa, os agregados, avós, sobrinhos, parentes próximos que convivem nesse lar marcado pela violência.

Deputado, ela interfere de uma maneira muito forte na questão orçamentária do Estado. Nós temos um impacto direto no sistema penitenciário, temos uma população carcerária, uma superpopulação carcerária. Nós mandamos os agressores quando é o caso para os presídios, esse custo é elevadíssimo. Quando é necessário precisa dessa segregação.

Nós impactamos o Sistema Único de Saúde, impactamos os hospitais, as clínicas, todo o sistema de saúde com mulheres internadas, marcadas, limitadas por essa violência. Temos, por vezes, pessoas que tentam o suicídio após essa violência e ficam ocupando leitos dos hospitais com um custo altíssimo. Por tempo, temos o impacto no sistema de trabalho, porque as mulheres por vezes ficam incapacitadas para o trabalho. Isso afeta toda a prole, afeta o sustento da família.

Temos hoje, mais ou menos, 40% das famílias gerenciadas pelas mulheres, especialmente pelas avós, isso tem crescido cada vez mais, mais de 30%, eu acho que uns 40% têm sido em relação a esse sustento das famílias pelas mulheres. Temos as crianças que presenciam essa violência, que são diminuídas em sua capacidade de aprendizado.

Olhem, minhas senhoras, o quanto essa violência afeta a vida em sociedade! Então, a Lei nº 11.342/2006 traz que União, Estado, Municípios e os órgãos públicos devem focar ações e políticas públicas nesse combate, nessa diminuição a essa violência contra a mulher, que é

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

uma violência contra a humanidade na sua acepção mais efetiva da palavra, não só teoricamente. Esses dados que eu trago interferem no orçamento, interferem na vida humana, praticamente, em todos os setores relacionais humanos marcados por essa violência. E isso afeta toda a população, porque recursos deixam de ser empregados, recursos deixam de ser inseridos em políticas públicas e a população deixa de ser atendida.

Olhem a gravidade, a preocupação, e os agentes políticos precisam compreender a dimensão dessa violência.

Eu tenho desenvolvido no Poder Judiciário 2 projetos em relação às constelações familiares e o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso tem sido precursor, tem sido uma das grandes vozes nessas temáticas, inclusive, com capacitação dos magistrados e servidores em métodos de resolução de conflitos modernos com mediação, conciliação, direito sistêmico, justiça restaurativa. São vários projetos que o Poder Judiciário tem desenvolvido e também tem o projeto de tratamento aos agressores. Já participei, inclusive, de Audiência Pública no Senado - a Dr<sup>a</sup> Lindinalva estava presente, nós aqui de Mato Grosso, eu representando o Judiciário e ela representando o Ministério Público - e a temática foi, justamente, o tratamento desses agressores para que não haja o ciclo de violência.

Eu desenvolvo esse projeto e seria bastante interessante, Deputado... Eu até sugiro, eu estive com a Dr<sup>a</sup> Rosana, na municipalidade, anteriormente, e o Revive ficou sendo uma promessa de tratamento e atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica em Cuiabá.

Fizemos um convênio, Dr<sup>a</sup> Rosana, e o Presidente do Tribunal de Justiça e o então Prefeito Municipal... E o convênio, essa tratativa de cooperação, foi bastante interessante teoricamente. Então, hoje nós não temos o Revive em funcionamento.

Eu sugiro que a Assembleia Legislativa faça uma observação nessa aproximação com o município, com o Governo do Estado... Ou focando recursos para esse Revive, porque eu tenho certeza de que atenderá muitas das mulheres aqui no Estado de Mato Grosso, seria de maestria, seria a efetividade da Lei Maria da Penha. Já temos a estrutura e podemos, sim, usar profissionais de outras áreas, psicólogos, assistentes sociais que já estão alocados, já trabalham com horários de atendimento nesse Revive, que é um centro de atendimento às mulheres, e lá nós podemos, inclusive, desenvolver esse projeto dos agressores, com o Setor de Psicologia das universidades gratuitamente. É um projeto que eu desenvolvo com os agressores e a Assembleia Legislativa poderia encampar, Dr<sup>a</sup> Lindinalva, o Revive.

Eu acho que Mato Grosso, Cuiabá, sairia na frente, e não há muito custo, porque seriam alocações já existentes. E seria uma preocupação efetiva demonstrar que há preocupação com relação às mulheres e de uma inteligência e responsabilidade republicana entender que essa violência contra a mulher atinge os homens, atinge as crianças, atinge todos os setores da sociedade, atinge o setor empresarial com mulheres que deixam de trabalhar, que são retiradas, por essa violência, do seu dia a dia de trabalho.

Então, acho que seria de extrema importância o restabelecimento funcional do Revive, inclusive com esse projeto dos agressores funcionando lá internamente. Seria algo efetivo de política pública com muita responsabilidade com a parcela de maior relevância humana na nossa vida em sociedade, que são as mulheres: mulheres mães, mulheres esposas, companheiras, filhas, avós, seres humanos que complementam em grandeza a vida em sua situação relacional.

Nós temos que entender que a política de não a violência... Inclusive deve fazer parte das grades curriculares. Nós precisamos entender que há uma necessidade de uma revolução educacional, que tudo passa pelo investimento na educação.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

E esses projetos, que tratam dessas temáticas com mulheres e homens, trazem a compreensão daquelas pessoas que passam por esses projetos, de que nós herdamos todas as dores, as senhoras que estão aqui presentes herdaram todas as dores dos seus pais, avós, bisavós e tataravós, de toda sua parte estrutural relacional de família.

E, além disso, as senhoras receberam, e todos nós recebemos uma programação na linguística quando nascemos, até os dias atuais. E, se inseridas nessa violência, nós temos o quê? A repetição do ciclo da violência, do tão maléfico destrutivo ciclo da violência. Então, tendo essa compreensão, nós estaríamos, sim, com muita responsabilidade, muita preocupação, combatendo, para que não haja vinte feminicídios, por exemplo, aqui no Estado de Mato Grosso, e nós estamos no terceiro mês do ano, Deputado Guilherme Maluf .

Então, eu fico muito feliz quando participo de temas relevantes, e a Casa de Leis é da maior relevância para a população. Aqui nós temos que trabalhar questões relevantes para a população. E esta questão da temática de diminuição, de combate, de políticas públicas de violência contra a mulher, é da maior relevância para a sociedade, e por isso eu parabeno Vossa Excelência. E, de maneira muito honrada, sempre que for chamado, eu estarei aqui, porque é assim que nós podemos trazer às senhoras a informação do que é preciso, com a responsabilidade social dos nossos representantes do Executivo, Legislativo, Judiciário, e as instituições: Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacias, Polícia Militar, Polícia Civil. E todos os segmentos que trabalham com aflições humanas estão enxergando o que é possível, o que se está pensando em fazer e o que é possível fazer.

E vocês hoje estão participando disso, e isso significa ter voz por meio dos seus representantes numa área de tanto sofrimento na vida de vocês. E essas crianças que aqui estão, não merecem presenciar mais essa violência em casa.

Felicidades! Desejo paz no coração das senhoras. Desejo dignidade humana nas suas vidas nas relações das mulheres e homens que estão presentes.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) – Obrigado, Dr. Jamilson.

Convido a Dr<sup>a</sup> Rosana Leite Antunes Barros, Defensora Pública pelo Estado de Mato Grosso, Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher.

A SR<sup>a</sup> ROSANA LEITE ANTUNES BARROS – Boa tarde a todos!

Parabeno Vossa Excelência, Deputado Guilherme Maluf por mais uma vez trazer essa tema, essa política pública, debater essa política pública para as mulheres, principalmente num ano sangrento que nós estamos vivendo para nós, mulheres, aqui em Mato Grosso; cumprimento os demais presentes, a mesa de Autoridades é uma mesa de amigos, que cumprimento em nome do Deputado Guilherme Maluf; amigos e amigas, cumprimento os demais presentes em nome da Dr<sup>a</sup> Mayla Aliteia Cassiano Ourives, que é a minha colega e amiga Defensora Pública, estamos ali lado a lado no Núcleo de Defesa da Mulher todos os dias defendendo as mulheres.

A Delegacia de Defesa da Mulher de Cuiabá, Deputado, não é apenas uma delegacia de defesa da mulher, hoje nós sabemos que ela não tem apenas essa prioridade apesar de ter sido criada para essa prioridade. Eu me preocupo muito porque hoje a Delegacia de Defesa da Mulher de Mato Grosso dividem também as prioridades: criança, adolescente e idoso. Isso é uma grande preocupação! Eu conheço se não todos, a maioria dos Delegados e Delegadas que atuam na Delegacia de Defesa da Mulher, nas delegacias, nos DHPPs também, que fazem o atendimento à mulher vítima de violência e são profissionais extremamente comprometidos e comprometidas, eles

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

realmente estão sem estrutura e isso é extremamente grave, como a Dr<sup>a</sup> Lindinalva falou: é a nossa porta de entrada e nós não temos a porta de entrada prioritária como nós gostaríamos.

Apenas a Delegacia de Barra do Garças, hoje, é uma Delegacia de Defesa da Mulher e as demais não são. Isso é uma preocupação enorme do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Nós temos publicado hoje no Estado, o primeiro plano de direitos humanos, que é o Plano Estadual de Política para as Mulheres. Nós tivemos a contribuição de várias mulheres conselheiras e não conselheiras que estão aqui presentes. Nós temos várias lideranças na plateia. Temos Maria da Glória, da nova central que contribui no plano; temos Glorita Dejani; temos... não posso esquecer de ninguém que estou vendo aqui, Rosa Morcele que contribui muito no plano, Delegada Jorzirlethe. Então, nós temos mulheres guerreiras e multiplicadoras que muito fazem e muito fizeram pelo Estado.

Nesse plano, nobre Deputado, fizemos um diagnóstico de quem são as mulheres do Estado... Trabalhamos dois anos nesse plano, hoje ele se encontra publicado no Governo, mas precisamos da ajuda do Legislativo para que ele se efetive, para que as mulheres possam sentir este plano dentro do Estado de Mato Grosso. Temos políticas importantíssimas para mulheres ali dentro, e precisamos, realmente, que ele seja efetivo. Porque, justamente, neste ano, pelo que eu contei, Dr<sup>a</sup> Ana Cristina, o último feminicídio que nós tivemos foi quinta-feira, do cabeleireiro Adão, de Barra do Garças, que se entendia do gênero feminino e foi morto pelo companheiro. Então, nós contabilizamos já 20 feminicídios em Mato Grosso até os dias de hoje, o que representa um aumento de mais de 100% do mesmo mês de 2017 para 2018.

Então, estamos realmente na hora de abrir os olhos para as políticas necessárias para o Estado. Precisamos sim. Somos referência na aplicação da Lei Maria da Penha no Estado. Inclusive, Renata, fomos o primeiro Estado a ser procurado para ter a Casa da Mulher Brasileira, por ser referência no que diz respeito a Defensoria, Ministério Público e Poder Judiciário na aplicação da lei. Não conseguimos até hoje a Casa da Mulher Brasileira, infelizmente, mas temos sim algumas políticas importantes para serem implementadas no Estado e que mudariam esse quadro.

Por exemplo, o que vimos falando há muito tempo, a inclusão nos currículos escolares da não violência contra a mulher. Nenhuma escola do Estado de Mato Grosso aplicam o art. 8º da Lei Maria da Penha que diz que nós temos que incluir nos currículos escolares a não violência contra a mulher, nem um dos 141 municípios e nem o Estado de Mato Grosso. Isso seria uma política que a longo prazo nós teríamos um Mato Grosso diferente, uma realidade diferente, não igual a essa que foi tratada pelo G1, primeiro Estado em feminicídio. Isso é muito triste. Houve a contestação, que não foi o primeiro Estado e tal, mas se nós formos prestar atenção, a maioria dos assassinatos de mulheres são feminicídios. A maioria! As mulheres que morrem dentro do ambiente doméstico familiar, assassinadas, feminicídio; as mulheres que morrem por condição da mulher, por menosprezo à condição de mulher ou por serem mulheres, feminicídio também. Os feminicídios podem ser evitados.

Então, para termos hoje 20 feminicídios em Mato Grosso, até agora, não é, Ana Emília, é porque nós falhamos, nós estamos falhando. Se nós pudermos evitar, diferentemente do assassinato dos homens, enquanto os homens morrem nas ruas e as mulheres morrem dentro de casa, por conhecidos, nós podemos evitar. Falhas estão acontecendo.

Por isso, mais uma vez eu parabeno Vossa Excelência por chamar a sociedade, por nos convidar para estar aqui.

Nós temos aqui presente a Mariluce, Superintendente Estadual de Política para Mulheres, recém-chegada e que já vem travando importantes batalhas.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Eu sugiro, Deputado... nós precisamos chocar a sociedade, nós estamos sendo chocadas e precisamos chocar a sociedade com o que nós, mulheres, estamos enfrentando. Por exemplo: a proibição, uma lei estadual que proibisse propaganda sexista ou machista, com penalidade para aquele que se aventurasse a alguma propaganda sexista ou machista no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Também a proibição de contratar com o poder público agressores de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Nós temos aqui em Mato Grosso homens que contratam com o Poder Público, participam de licitações, Deputados, e são agressores de violência doméstica e familiar. Isso é muito grave, isso é muito grave, porque se nós estamos presenciando tanta violência dentro dos lares, nós estamos vendo tantas tragédias acontecerem, pelo último estágio, que é o feminicídio, a mulher que é morta pelo feminicídio, ela já sofreu outros delitos, ela já passou por outras situações, por crimes menores. Por isso ele é evitável, ele pode ser evitado.

Então, nós temos que chocar, sim, a sociedade. Está na hora do Estado dizer não, está na hora do agressor ser apontado nas ruas. Por que nós temos que aceitar agressores? Não existe face para agressor, mas, também, não existe face para a vítima. Qualquer uma de nós, a qualquer momento, pode se tornar uma vítima e isso é muito grave para todas nós. A cada mulher que vem sendo agredida, cada mulher que vem sendo abusada, sinto-me, também, agredida, muito agredida, e acho que muitas daqui pelo que eu conheço, pela batalha, pela luta diária, pelo trabalho de formiguinha – não é, Dejana? - que nós fazemos, também, se sentem agredidas.

Nós precisamos muito do Poder Legislativo, porque a Constituição Federal é um papel, também, que diz que homens e mulheres são iguais perante a lei. Igualdade formal! Não é essa que nós queremos! Queremos a igualdade material com leis que, realmente, tragam a igualdade que nós buscamos; que nós, mulheres, buscamos.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO GUILHERME MALUF) – Muito obrigada, Doutora.

Convido a Tenente-Coronel Rosalina Gomes Pinho, Coordenadora Comunitária de Direitos Humanos, para fazer uso da palavra.

A SR<sup>a</sup> TENENTE-CORONEL ROSALINA GOMES PINHO – Boa tarde a todos!

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO GUILHERME MALUF) – Tenente-Coronel, perdão, eu só quero, em tempo, convidar o Deputado Jajah Neves para compor a mesa conosco.

Seja bem-vindo, Deputado! (PALMAS)

A SR<sup>a</sup> TENENTE-CORONEL ROSALINA GOMES PINHO – Cumprimento a todos e todas!

Primeiramente, quero agradecer a Deus pela nossa vida e pela vida de cada um aqui presente.

Quero parabenizar o Deputado Guilherme Maluf pelo trabalho que tem desenvolvido em defesa da mulher.

Vossa Excelência tem olhado para a mulher, principalmente, Deputado, quando olhou à Polícia Militar, às policiais militares. E em nome de todas aqui quero agradecer por ter instituído a lei que concede à Medalha à Mulher Policial Militar, valorizando cada uma que sai do seu lar em prol da sociedade, dedicando seu tempo em prol da sociedade.

Muito obrigada!

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Falar de políticas públicas para reduzir violência doméstica como já foi apresentado aqui é um desafio, porque nós estamos vivendo um momento que posso dizer que estava previsto há muito tempo. Este momento que estamos vivendo é bíblico. É um momento que por causa de tantas coisas que deixamos de olhar para o próximo o amor do homem ia se esfriar. O que nós vivemos, hoje, nada mais é do que isso. É o esfriamento do amor pelo próximo. Então, vivemos momentos em que filhos se revoltam contra pais e os pais contra os filhos; esposas contra esposos e esposas contra esposos. E vamos vivendo e que a cada dia sobrevive o mais forte.

É triste, ainda, saber que no Dia Internacional da Mulher, que é um dia que deveríamos celebrar conquistas, ainda, nós estamos tratando da violência contra a mulher. Isso é bom pela oportunidade de podermos trazer sugestões, mas é triste, porque somos mulheres e, infelizmente, ainda, somos vistas como objeto.

Parabéns, Dr<sup>a</sup> Rosana, por essa proposta de punir os homens que fazem propagandas que incitam a desvalorização da mulher. É uma luta constante, porque nós sentimos essa dor. Se você for a qualquer país que tenha um pouco mais de educação, um pouco mais de conhecimento, percebera o quanto olha para o nosso País, um País do futebol; um País do Carnaval, de praia e de mulheres objetos, prontas para atendê-los. E quando tem essa cultura, que, infelizmente, é propagada por uma mídia que leva essas informações para o exterior, se a pessoa está diante do objeto e o objeto dá um problema, ele quebra, joga fora. Então, precisamos olhar para esse lado. Nós precisamos entender que a mulher não é um objeto, que a mulher é um ser humano, que a mulher precisa de uma atenção, que embora a mulher não seja mais, hoje, aquele sexo frágil, porque a mulher é forte, a mulher é forte, ela precisa de atenção. Nós precisamos de atenção.

A Polícia Militar tem trabalhado essa frente. Essa é uma luta constante, porque acreditamos na prevenção. Acreditamos que trabalharmos, apenas, a repressão... Ela é necessária, mas, por si só, não reduzimos índices. Os crimes estão acontecendo dentro das residências. Se colocarmos um policial na porta de cada residência, ainda assim, haverá crime dentro do lar.

Nós capacitamos, nos últimos anos, 1.300 policiais militares que são multiplicadores de como atender a ocorrência quando o chamado, a vítima é uma mulher e que caracteriza a violência doméstica. Esses policiais levam essa multiplicação para todo o Estado.

Realizamos, recentemente, em parceria com o Ministério Público, Dr<sup>as</sup> Ana Cristina, Fernanda e Renata, um trabalho, um seminário voltado à ética policial militar, olhando para os policiais para que eles não pratiquem violência e, depois, alegarem que é a carga de trabalho, que é o excesso de trabalho, que é o estresse que estão levando-os a praticar essa violência.

E preocupado com isso o Comando da Polícia Militar criou uma Portaria que dá prioridade de instauração dos processos quando o policial comete violência contra suas esposas. Esse processo tem prioridade sobre os demais e o policial pode ser excluído da Corporação.

Temos ali números...

No último ano, até recentemente, no mês de março, tínhamos 76 processos instaurados em desfavor de policiais militares que agrediram suas companheiras. E esses policiais estão respondendo por isso e, à medida do que for apurado, será aplicada a devida punibilidade.

Sugestão: eu acho que é notório - já falaram aqui sobre isso - que precisamos investir em educação. Se nós quisermos reduzir índice de criminalidade, precisamos investir em educação. O conhecimento liberta pessoas. O conhecimento abre portas para a pessoa deixar de ser vítima da violência do seu próprio cônjuge. Precisamos investir em educação. Ressocialização? Sim.

Eu não sei se seria possível, Dr. Jamil, mas tenho esta ideia e gostaria de tê-la implantado na semana que tivemos na Arena Pantanal o projeto "Justiça pela paz em casa": que cada

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

peessoa depois da audiência que houvesse reconciliação fosse encaminhada para um treinamento, um curso, *coach*, para essas pessoas descobrirem o que querem da vida, o que estão fazendo da sua própria vida. Trabalhar a inteligência emocional como a Dinamarca, a Noruega, que implantaram nos currículos escolares a inteligência emocional e, hoje, lá não se houve falar disso. É sugestão!

Deputado, olhe para as ONGs; olhe para as associações, embora estarmos vivendo este momento, que não podemos desistir.

Parabéns a quem ainda luta! Parabéns, porque estamos juntos nessa luta! Sozinhos, nós não vamos a lugar nenhum.

Eu deixo aqui registrado: ajude-me, Dr<sup>a</sup> Lindinalva! Esse projeto Maria da Penha é meu sonho em Mato Grosso, mas todas as vezes que tentamos implantar barramos na questão de efetivo policial. Hoje ele funciona, timidamente, na cidade de Colniza com uma policial, que no seu horário de folga faz as visitas; ela preenche os cadastros e lá já está tendo resultado.

Vamos nos unir! Vamos trazer a patrulha Maria da Penha para Cuiabá. Várzea Grande já se discute essa possibilidade e por que não aqui?

Quero agradecer a oportunidade de estar aqui!

Muito obrigada a cada um dos policiais aqui presentes!

Muito obrigada pela oportunidade, Deputado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Obrigado, Coronel.

A Dr<sup>a</sup> Lindinalva, inclusive, já se comprometeu, aqui, em nos trazer o projeto da patrulha para se tornar lei em nosso Estado.

Convido o Sr. Rafael Dias Guimarães, Coordenador do Gabinete de Gestão Integrada, para fazer uso da fala, representando o Secretário Gustavo.

Eu vou pedir para os senhores serem breves, porque gostaria de ouvir algumas mulheres e depois fazer o fechamento da Audiência.

O SR. RAFAEL DIAS GUIMARÃES - Boa tarde a todos!

Deputado Guilherme Maluf, em seu nome cumprimento todas as autoridades da mesa e parabenizo-o pela iniciativa.

Serei muito breve.

Com as ressalvas do nosso magistrado, com as belas palavras colocadas aqui, mas, não temos a competência para, aqui, tanta coisa produtiva quanto as mulheres que estiveram à frente com a sua barganha técnica, com a sua barganha de vivência no seu trabalho, no seu mister. Então, serei bem breve também.

Nós, na Secretaria de Segurança Pública, fomos procurados, em 2017, pelo Conselho Estadual de Direitos da Mulher para tratar desse tema tão importante que está cada vez mais em voga e que afeta a todos nós, homens e mulheres, afinal de contas, todos nós temos mães, esposa, filhas. Nesse sentido, a partir de 2017, foi instalado a Câmara Temática de Defesa da Mulher.

Na Secretaria de Segurança Pública temos diversas Câmaras Temáticas das quais tratam dos mais diversos assuntos. Podemos elencar: a Câmara Temática de Trânsito, que trata dos problemas de trânsito; a Câmara Temática de Roubo de Carga, que trata dos problemas atinentes aos roubos e furtos de cargas, e nada mais justo do que termos uma Câmara Temática para debater exclusivamente sobre a defesa da mulher, a violência praticada contra a mulher.

Nesse sentido, nós fizemos algumas anotações: as nossas reuniões da Câmara Temática de Defesa da Mulher são feitas de caráter mensal. Nós temos a felicidade da maioria das pessoas que está, aqui, das mulheres que estão à mesa fazerem parte da nossa Câmara Temática.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Estendemos o convite para o Ministério Público, Poder Judiciário e Assembleia Legislativa estar presente em nossa Câmara Temática. A nossa próxima reunião, por coincidência, vai ser nesta semana, depois de amanhã, às 14h, na SESP.

Os problemas atinentes e que afetam diretamente as instituições de segurança pública foram devidamente anotados, mas nessa próxima reunião o Secretário de Segurança Pública estará presente e também vai ter a oportunidade de ouvir todas as instituições que fazem parte para vermos qual o melhor caminho para minimizar este problema que vimos enfrentando de estrutura e, principalmente, falta de efetivo.

A Dr<sup>a</sup> Lindinalva muito bem colocou a questão das soluções simples e nessas Câmaras Temáticas o que buscamos é exatamente isso: soluções simples que, por vezes, são muitos eficazes.

Então, o próprio incremento da patrulha Maria da Penha, a destinação de efetivo fixo que trabalha, exclusivamente, em uma delegacia de defesa da mulher são medidas que acreditamos o Estado pode tomar e vem ao encontro do anseio social. É inadmissível, realmente, uma mulher vítima de violência doméstica chegar a uma delegacia e não ser atendida naquele momento e, após ser atendida, ser destinada ao CREAS, à Secretaria de Saúde ou alguma assistência de saúde e passar por todo constrangimento de explicar novamente tudo o que aconteceu, como que foi, quem é a pessoa responsável. Enfim, nós vemos isso como uma grande dificuldade.

Podemos elencar aqui, só para encerrar, três vertentes importantes que são debatidas nessa nossa Câmara Temática: o trato da *cifra negra*, que, para quem não sabe, são dados estatísticos os quais não temos acesso, justamente por não serem compilados anteriormente. Então, no caso da violência contra mulher, a *cifra negra* é grande. Um dos motivos foi elencado aqui, que é justamente o medo de retaliação e até da constante prática do aumento dessa violência praticado contra a mulher.

Podemos elencar, também, não só a *cifra negra*, a eficácia no cumprimento das medidas protetivas, como a Dr<sup>a</sup> Edinalva também citou, o papel está muito clara, a realização está cumprida ali documentalmente, mas isso, na prática, não afasta de fato o indivíduo de ir lá retomar a violência e, por vez, até cometer o homicídio propriamente dito; e o tratamento dessas vítimas como podemos melhorar para que, primeiramente, não sejam novamente vítimas e para que sejam cumpridas as medidas protetivas as quais ela está sendo submetida.

Para encerrar, na nossa época de Tenente, trabalhando na rua, citamos como exemplo o que a tropa costuma dizer: quando é para prender mesmo a Maria da Penha funciona. De fato, nos casos que temos a produtividade - a Polícia Judiciária Civil pode estar passando aqui, a Dr<sup>a</sup> Ana Cristina... Mas a eficácia da resolução dos crimes é alta aqui no Estado e isso na tropa reflete muito positivo.

Vou citar só como exemplo, brincadeira, mas, na época que éramos Tenente, ainda - todo final de serviço passamos o relatório ao nosso Comandante -, num citado dia ligaram para o Comandante e passaram as operações e ocorrências. O 10º Batalhão é na Capital! Ee foi citada uma ocorrência da Maria da Penha, em Várzea Grande. Teve-se que atravessar a ponte, houve o aporte de 3 viaturas para a ocorrência e quando o Tenente passava para esse Comandante, ele falava: “Poxa vida, vai destinar efetivo para lá? Mas o que foi?”. Não, foi uma Maria da Penha. “Nossa Senhora! Três viaturas por causa de uma Maria da Penha?” Não, Comandante, quando fizemos a detenção do indivíduo, a mulher dele estava tão brava que o denunciou, dizendo que havia guardado na casa dele, no interior da casa, cinco armas. Então, foram presas cinco armas também. “Oh, muito bom, Tenente! Isso mesmo!”



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Quer dizer, nessa época, ainda, tínhamos aquela visão de que a produtividade se remetia a prender propriamente o traficante, o homicida, o ladrão, apreender materiais como drogas, como armas, mas esquecemos de enaltecer o trabalho, o papel, em casos como esse, de buscar a detenção do indivíduo que está cometendo uma violência contra a mulher.

No mais, deixo o nosso muito obrigado pela oportunidade de participar e nos encontramos à disposição de todos na SESP.

Os trabalhos da Câmara Temática continuam. As outras instituições que não fazem parte, outros órgãos, enfim, ONGs, que queiram ter acesso ao que é discutido e deliberado, fiquem à vontade para nos procurar e, inclusive, propor alternativas, assuntos que devam ser discutidos no âmbito da nossa Câmara Temática.

Muito obrigado a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Obrigado, Major.

Gostaria de justificar a saída do Dr. Jamilson que, ainda, tem uma audiência a ser realizada.

Muito obrigado, Dr. Jamilson, pela sua contribuição!

Gostaria de convidar, para fazer uso da fala, o Deputado Jajah Neves.

O SR. JAJAH NEVES - Boa tarde, primeiramente, ao Deputado Guilherme Maluf! Parabenizo-o por esta Audiência Pública, Deputado!

Cumprimento todo o dispositivo por ter encampado a ideia de convocar as mulheres para discutir o que é muito importante.

Eu, quando vi o tema... Eu tenho uma agenda, já especifiquei ao Deputado Guilherme Maluf, às 16h, mas eu não poderia deixar de vir fazer uma contribuição.

Algo que me assustou muito, Deputado Guilherme Maluf, e fez com que eu apresentasse um projeto de lei nesta Casa que atinge diretamente as nossas mulheres, até fui conversar com a Vossa Excelência e Vossa Excelência me explicou alguns pontos, porque também é da sua área de medicina, que é sobre a violência obstétrica que mulheres sofrem diariamente.

Vou falar uma coisa para vocês: sabemos de todos os preconceitos, discriminação e desigualdade que as mulheres sofrem e algumas passam sobre os nossos olhos e passam despercebidas diariamente.

Eu não tinha nem ideia do que era a violência obstétrica, nem mesmo que existia, Coronel, violência obstétrica e, vou além, tem mulheres, Deputado Guilherme Maluf, que não sabem que estão sofrendo a violência obstétrica, as próprias mulheres que sofrem essa violência.

Fui conhecer e gostaria de pedir, e já tenho, o apoio de Vossa Excelência, para que possamos adiantar esse projeto e fazer com que se torne lei.

Há dado alarmante, a cada quatro mulheres gestantes no Brasil uma sofre violência obstétrica - a cada quatro mulheres gestantes no Brasil, uma sofre violência obstétrica -, seja ela praticada dentro da própria casa, muitas vezes por um familiar, pelo esposo, ou até no ambiente em que era para ela receber tratamento, no hospital, por um enfermeiro ou por um médico.

Fui buscar entender e muitas mulheres, conheci um caso, abandonam o pré-natal, porque chega e ouve frases de profissionais que você fica abismado.

Cito aqui a mulher muitas vezes no momento do parto, da dor, e falam: “não reclama não, na hora de fazer você não gritava assim”. Eu ouvi isso de mulheres.

Então, esse é um tema que nós temos que levantar, Deputado Guilherme Maluf, e quero muito, o procedimento episiotomia, corrija-me se eu estiver errado, que é o procedimento de um pique que muitas vezes se faz, e diversos outros procedimentos que as mulheres sofrem.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Estive em Salvador, fui conhecer uma referência de parto humanizado no Brasil, e fiquei admirado. Eu assisti um parto humanizado e descobri que na verdade o parto precisa do pediatra e da enfermeira obstétrica, porque no parto a mulher tem que estar com toda tranquilidade para dar a luz.

Então, vim só fazer essa contribuição e mais uma vez, Deputado Guilherme Maluf, dizer que do tempo que conheço Vossa Excelência, que estou nesta Casa de Leis, realmente Vossa Excelência cada vez me surpreende com seu tato, com sua sensibilidade.

Parabéns por esta Audiência Pública, parabéns por encapar esse projeto!

E quero pedir o apoio de Vossa Excelência para esse projeto de lei que apresentamos, porque realmente as nossas mulheres precisam ser valorizadas.

Essa é uma batalha de vocês, mas que precisa ser encampada por nós, homens, para fazermos com que de fato vocês possam ser reconhecidas e ter o valor que merecem, porque, realmente, ainda, está muito distante disso.

Muito obrigado a cada um de vocês!

Muito obrigado, Deputado, por me dar este espaço!

Eu tenho uma agenda às 16h, mas eu queria vir falar da violência obstétrica, também, que é uma das grandes violências que as mulheres sofrem.

Muito obrigado a todos!

Fiquem com Deus! Que Deus seja a nossa direção! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Parabéns, Deputado Jajah Neves, por sua iniciativa.

Vossa Excelência tem, sim, o meu apoio a esse Projeto, até porque sei do que tratam essas questões de violência obstétrica que vai desde agressão verbal, realmente, até as mulheres terem a dignidade de terem um parto normal.

Muitas vezes todo o processo é atropelado para que leve as mulheres a terem cesáreas, e isso acontece de diversas formas.

Eu, também, defendo essa questão! Acho que temos que defender, cada vez mais, o parto humanizado, o atendimento multidisciplinar às mulheres, sobretudo, a questão da anestesia.

Eu já tenho 30 anos de formado, Deputado, e quando entrei em uma maternidade e presenciei essa violência que era a obstetrícia, há 40 anos, era aluno, ainda, e falei: eu quero aprender fazer parto. Eu vou fazer 10 partos e depois não quero fazer mais, não. Porque era um sofrimento, mulheres gritando, era tudo na base da episiotomia mesmo, traumatizava a genitália feminina e algumas crianças nasciam com deficiência circulatória ou paralisia cerebral, como alguns falam ou simplesmente faltava oxigênio, sofrimento fetal, perdão, e as violências eram inúmeras.

Agora evoluímos bastante, mas ainda temos, sim, presente a violência obstétrica e mais do que a mãe sofre, a criança que nasce sofre muito mais ainda.

Então, vamos aprovar esse projeto de Vossa Excelência aqui na Casa de Leis.

Eu quero lembrar também que eu tenho um projeto que está em trâmite na Casa que vem ao encontro da questão da violência, que proíbe a nomeação de homens que tenham sido condenados por agressão a mulheres... (PALMAS)

Esse projeto de minha autoria e impede a nomeação em DAS, é lógico que concurso público não podemos fazer esse impedimento, mas a questão do DAS, que é um cargo político, pode sim. Nosso Projeto está em trâmite aqui na Casa.

Muito obrigado, Deputado Jajah Neves!

Se Vossa Excelência quiser, ainda, fazer usar da palavra...

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

O SR. JAJAH NEVES - Quero só agradecer mesmo, Deputado Guilherme Maluf, e pedir desculpas porque eu tenho uma agenda às 16h.

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Não há problema!

O SR. JAJAH NEVES - Mas eu vi o tema e realmente quis estar aqui participando e contribuindo.

Mais uma vez, muito obrigado pelo espaço!

Obrigado a todos vocês. Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Obrigado, Deputado.

Doutora Ana Cristina Feldner, Delegada de Homicídio de Cuiabá, a palavra é sua. Só vou pedir para que a senhora seja breve.

A SR<sup>a</sup> ANA CRISTINA FELDNER – Boa tarde a todos.

Missão difícil falar por último, todo mundo cansado, tempo corrido e depois de grandes celebridades, pessoas que realmente explanaram tão bem sobre o assunto.

Quero cumprimentar a presidente de bairro do Pedra 90, Izatelma. Ela está presente? Está presente?

Ela só foi ao banheiro. Quando ela retornar, me avisem, por favor.

Cumprimento todas as pessoas da mesa na pessoa da minha colega Doutora Jorzilethe, retribuo a essa combatente Delegada de Polícia, porque, como vocês viram, a Delegacia de Mulher não para.

Estou aqui em nome da Delegacia de Homicídios de Cuiabá e Várzea Grande e vou falar sobre o que vocês já ouviram aqui tanto que é o feminicídio. O que é isso?

Vou me ater a essa parte mais técnica do feminicídio porque eu acho que já está bem exaustivo, as dificuldades, a delegacia, a violência doméstica.

Vamos lá. O que é o feminicídio? O feminicídio é um tipo legal que entrou na lei e passou a ser uma qualificadora dentro do núcleo do homicídio, sendo coloca uma pena mais alta, de 12 a 13 anos, que são os casos em que a mulher é morta em razão de violência doméstica ou do gênero mulher. Então, só quando a mulher é vítima nessas duas situações é que nós temos feminicídio.

Não é quando uma mulher é morta, senhores. Precisamos entender isso.

Então, nós sabemos, por exemplo, tráfico de drogas, se a pessoa deixa de pagar ela vai ser morta - é uma praxe. Matou uma mulher que estava devendo em um acerto de drogas, é feminicídio? Não é, porque vem de outra situação.

Em um roubo, foi roubar e acabou matando uma mulher, um latrocínio. É feminicídio? Também não é.

O feminicídio precisa vir da violência doméstica, que é essa Lei Maria da Penha que já tem sido discutido, que é o ápice. Vocês concordam que o auge da violência doméstica é a morte.

Ou no caso de gênero mulher. O que é gênero mulher? Darei um exemplo bem prático para nós entendermos: estava no carnaval, baile de carnaval, e a mulher estava com um shortinho curto e com blusinha curta. Ela tem o direito de usar! Não tem? Aí o rapaz dança com ela, conversa e depois a convida para ir a algum motel, hotel, quitinete, enfim, paga a bebida dela. Em um determinado momento ele quer manter relações sexuais. Ela fala: “Não, não!”. O que ele vai falar? “Mas por que você veio aqui? Você tem obrigação de manter relação sexual comigo. Afinal de contas, eu passei a noite gastando com você, paguei sua bebida e se você não queria por que veio com essa roupa?”. Se ela se recusa, ele se sente no direito de matar.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Isso não é violência doméstica, pessoal, porque eles sequer se conheciam. Eles se conheceram esporadicamente naquela situação. Então, essa morte seria em razão do gênero mulher. Assim, diferenciarei para vocês: nós estamos completando três anos da lei, três anos da lei que se criou o feminicídio.

Dona Isatema, eu estava procurando a senhora. A senhora é Presidente do Bairro Pedra 90. Eu queria iniciar a minha fala na sua presença, uma vez que foi onde teve o último feminicídio aqui em Cuiabá, foi no bairro da senhora, foi até eu que atendi, infelizmente. A mulher levou um tiro na testa porque ela não concordava com a situação do marido abrigar produtos de roubo na residência. Ele pegou uma arma, colocou na testa dela e falou: “Olha, não me ‘enche o saco’, senão eu dou um tiro na sua cara” e assim ele o fez. A Polícia Militar diligentemente agiu, conseguiu prender o rapaz e nós lavramos o flagrante.

Então, retomando, nos últimos três anos tivemos em 2015, em Cuiabá e Várzea Grande, os meus dados se restringem a minha delegacia, tivemos seis casos de feminicídios que corresponderam a 17% das mortes das mulheres.

Em 2016, tivemos dois casos de feminicídios, que correspondem a 18% das mortes das mulheres.

Em 2017, tivemos sete casos de feminicídios, que corresponderam a 46%, morreram 15 mulheres no ano passado, dessas 15 mulheres sete foram feminicídios.

Este ano, surpreendentemente, nós estamos no terceiro mês do ano, já estamos com o sexto caso de feminicídio, ou seja, no ano passado inteiro tivemos sete casos, nós já estamos no sexto. Este ano até o presente momento 100% das mulheres que morreram foram feminicídios!

Todas as mulheres mortas, 100% das mulheres que morreram foram feminicídio. Todas as mulheres mortas em Cuiabá e Várzea Grande neste ano de 2017 são decorrentes do crime de feminicídio. Não foram mortas pelo crime de tráfico, pelo crime de roubo, latrocínio ou de alguma outra forma.

Os que envolveram morte violenta foram em decorrência de crime de feminicídio. A Dr<sup>a</sup> Jozirlethe é tão combatente pode ter tido a infelicidade de essa mulher ter registrado diversos Boletins de Ocorrência, e a pessoa não está presa, e ainda iria acusar a polícia. A polícia não fez parte dela. Foi o que nós falamos.

Dessas seis mulheres, moças, nenhuma tinha registrado Boletim de Ocorrência contra o seu companheiro, nenhuma.

Havia uma que tinha registrado o Boletim de Ocorrência contra outro companheiro e havia outro agressor que tinha um Boletim de Ocorrência feito por outra companheira. Mas nenhuma das vítimas que foram mortas pelo companheiro tinha sequer um Boletim de Ocorrência. Então, o que é isso?

Nós vimos diversas propostas maravilhosas. Eu não vou me ater a essa questão. Eu parablenizo o Deputado por esta ação, porque realmente é muito necessária, é nós trazemos à tona a questão da valorização feminina.

A educação, a cultura; trazemos realmente a questão religiosa que o Coronel colocou; precisamos ter esse amor ao próximo e a valorização feminina. Uma equipe de psicólogos na qual possam realmente valorizar a mulher.

O que acontece na mente de nós mulheres? Isso eu incluo vocês. Quantas aqui na plateia estão assistindo e não são vítimas dessa violência doméstica na sua residência?

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Eu acredito que nós temos diversas vítimas sentadas ouvindo agora, infelizmente. E o que impede que realmente ela saia dessa situação, o que impede? Nós precisamos de um apoio de valorização.

Esse último caso do Pedra 90, a mãe foi morta na frente de três filhas, de nove, sete e cinco anos. Como vai ser para elas? E vamos lembrar mulheres do que acontece?

Quem cria esses homens? Muito das vezes também somos nós mulheres. Quantas vezes nós, mulheres, também não somos machistas? Quantas vezes nós mesmos acusamos outra mulher: Olha como ela se veste! Olha como ela faz! Olha como ela se porta! Então, nós precisamos ter, realmente, uma valorização.

Eu parabenizo o trabalho das psicólogas, e tudo começa por aí mesmo. Precisa ter uma prevenção, um entendimento, um convênio com a faculdade de psicologia para que essas mulheres sejam atendidas e possam entender realmente a dinâmica dessa violência, porque se confunde um gesto de ciúme, de posse, com amor.

Confunde-se que a mulher tem que aceitar que é assim... “a minha mãe do meu lado é assim” se confunde com a questão financeira, eu preciso dele financeiramente, nem sempre é assim, eu tenho certeza que muitas de nós conhecemos mulheres que trabalham, sustentam a casa e são as vítimas, os maridos pegam o dinheiro para gastarem com outras, com bebidas, enquanto elas proveem a residência. Então, não é só uma questão de dependência financeira. É dependência afetiva emocional que vai muito além do trabalho policial. Se depender só da polícia, por exemplo, desses 6 casos, nós tivemos 100% de resolutividade.

Em 100% desses casos, Deputados, resultaram em mandado de prisão com a parceria do Ministério Público e do Poder Judiciário. Tivemos 100% das prisões decretadas.

Mas isso somente não adianta! Precisamos começar a combater do início, mulheres, levem para casa de vocês, cobrem isso, vamos divulgar mais Deputado, trabalhar realmente no âmbito da psicologia, para se tratar e se entender o que acontece na mente da mulher.

Só para fechar porque o tempo é escasso, e se deixar, eu ficaria aqui falando. Às vezes, vocês podem olhar e falar: “para ela é fácil falar, ela é delegada, para ela é fácil impor” eu já fui vítima, não de violência física, mas não pense vocês que diversos companheiros já não tentaram me subestimar, me desvalorizar quanto mulher “você está querendo aparecer, você está achando o que? Você vai mandar lá, aqui dentro de casa ...” se nós permitirmos, entrarmos nessa sutileza dessa violência.

Então, muito importante que tenhamos o conhecimento para que possamos realmente combater toda essa situação. Parabenizo a todos os presentes, me coloco à disposição enquanto Delegada de Homicídios, e parabenizo o Deputado pela excelente oportunidade de falar desse tema. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) – Obrigado, Doutora!

Eu vou chamar algumas mulheres da plateia para que possam fazer uso da fala. Não vou conseguir chamar todas. Então, se algumas quiserem ceder para outras.

Sueli de Fátima Cardoso de Oliveira, Presidente do Bairro Jardim Vitória. Quer falar Sueli? A senhora tem 20 minutos!

A Sueli já faz um trabalho social muito bonito no Jardim Vitória!

Não é Sueli?

A SR<sup>a</sup> SUELI DE FÁTIMA CARDOSO DE OLIVEIRA – Boa tarde a todas e a todos!

Cumprimento, em nome da Dr<sup>a</sup> Rosana, todos os presentes da mesa.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Pessoal, é muito simples o que quero dizer, Sr. Deputado, eu gostaria que essas Audiências Públicas fossem transferidas para as comunidades, porque aqui são mulheres que já têm conhecimento e que muitas delas também já sofreram algum tipo de violência. Então, que essas Audiências Públicas fossem levadas dentro das comunidades para aquelas mulheres que não têm coragem de denunciar, aquelas mulheres que ainda estão guardando segredo só para elas. Eu gostaria muito que essa Audiência fosse para todas as comunidades dos bairros.

Também, gostaria de pedir aqui que a nossa Delegacia da Mulher seja, também, administrada na frente por uma mulher e não por um policial homem. (PALMAS) Porque já tivemos casos lá no Jardim Vitória que foram levar pessoas à delegacia que foram constrangidas lá dentro, porque ali ao redor não tem espaço para a mulher poder conversar e explicar o problema da pessoa... Isso é em público.

Isso é uma calamidade pública das mulheres, o que vem acontecendo conosco.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) – Obrigada Sueli, quero chamar para fazer uso da fala... Perdão, antes quero agradecer a Presidente do Conselho Municipal do Direito da Mulher, que está presente no evento, a Sr<sup>a</sup> Telma Reis.

Quero convidar para fazer uso da fala a Presidente da Associação do Bairro Monte Carmelo, Sr<sup>a</sup> Ezília Frederico, está aí? Já foi.

Então, Sr<sup>a</sup> Joyce Lombardi, Conselheira do Conselho do Direito da Mulher.

O SR<sup>a</sup> JOYCE LOMBARDI – Boa tarde a todas as mulheres ainda presentes aqui na bancada, agradeço ao Deputado Guilherme Maluf por essa oportunidade de estarmos aqui trabalhando em prol do enfrentamento contra a violência à mulher.

Hoje, estou aqui também como membro do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres, mas quero solicitar à Bancada presente que olhe para a Comunidade Assentamento Residencial Sampaio, que se encontra em processo de desocupação da área, de trezentas e sessenta famílias. Esse processo encontra-se nas mãos também da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e também há um corpo particular atuando por algumas famílias da comunidade.

Nós estamos vivendo nesse momento essa situação dentro do Residencial Sampaio, mesmo que a comunidade presente... Mesmo que as trezentas e sessenta famílias estejam desde 2011, em 2017, apareceu um suposto dono da área. Já foi expedido...

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) – Perdão, onde é?

A SR<sup>a</sup> JOYCE LOMBARDI – Desculpem, o Residencial Sampaio fica na Região Cinturão Verde, fundo do Pedra 90.

Em 2017, apareceu um suposto dono, e em edital já foi solicitada a participação e a presença do INTERMAT para que sejam apresentados documentos, os quais foram solicitados nas contestações e até agora nós não temos uma resposta. Em 2016, eu estava trabalhando com os movimentos sociais negros por meio da SUPIR-Superintendência de Política de Igualdade Racial, como voluntária, e nós pedimos também por meio da SEJUD e também da Casa Civil, informamos com documentação solicitando a regularização fundiária da área, o geomapeamento para CEAF e demais solicitações que a comunidade fez.

Esses documentos foram encaminhados à época. Houve reuniões na Região de Cinturão Verde e uma promessa de regularização de todas as chácaras de lá. Esse processo ainda está em trâmite no Estado. Só que tudo parou. Em 2016, estive aqui com um pouco das mulheres da comunidade consultando a Casa, bati em algumas portas, não fomos ouvidas.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Deu prazo para aparecer o suposto dono. Hoje, nós somos na maioria mulheres donas de casa e famílias dentro desse assentamento e estamos sofrendo atualmente notificações extrajudiciais do Presidente da Associação de Moradores Residencial Sampaio, até então instituída, notificando a comunidade para ser despejada. E que, se não entrar em contato com ele, suas casas serão retiradas e derrubadas.

Fizemos boletim de ocorrência, quem conseguiu. Quem não bateu na delegacia... Ninguém sabe nem para onde o boletim de ocorrência deve ser encaminhado. Então, hoje, viemos pedir socorro à Casa, porque acredito sim que há solução, acredito sim na solução das políticas públicas que regulam essa situação da regularização fundiária no Estado e, principalmente, na Capital. Acredito sim numa solução possível para o Assentamento Residencial Sampaio e acredito que as mulheres podem trazer mudanças para suas comunidades e trabalhar em prol das suas famílias e do melhoramento do Estado.

Então, hoje é uma súplica como mãe, como mulher, como conselheira, como militante e, principalmente, como uma pessoa de Deus.

Peço a todos que a opinião pública nos ajude e que esta Casa também olhe por nós e a Defensoria Pública também atue nessa ação.

Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Dona Joyce, se a senhora pudesse nos procurar. Nós temos no nosso gabinete, está até aqui, o ex-Deputado e ex-Presidente do INTERMAT, Aparecido Alves. Ele conhece muito bem essa temática e se a senhora quiser nos procurar no gabinete, o Aparecido vai atendê-la e procuraremos fazer uma análise dessa documentação para ver se conseguiremos ajudá-la no que se refere à regularização fundiária. Porque já existe uma parte do Pedro 90 que realmente já será regularizada.

A SR<sup>a</sup> JOYCE LOMBARDI – Sim. Nós temos acompanhado.

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - E está aberto o nosso gabinete, se a senhora quiser procurá-lo. Cadê o Aparecido? Está aqui atrás.

A SR<sup>a</sup> JOYCE LOMBARDI – Estaremos sim procurando o senhor, e também aproveitando esta oportunidade, porque casa é para todas nós, mães e mulheres, também existe a situação do pessoal do Monte Carmelo, até a Ezília foi chamada. Não é, Esília? Nós temos em posse uma lista de 50 assentamentos para serem desocupados, são mais de duas mil famílias.

Então, olhem por todos nós, porque todos nós merecemos ter a nossa casa e, principalmente, as mães de famílias provedoras dos seus lares.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Obrigado.

Dona Maria Orly, Presidente da União Cuiabana dos Clubes de Mães, está aí?

A SR<sup>a</sup> MARIA ORLY - Quero cumprimentar a mesa, boa tarde a todos!

Em nome da minha amiga Dr<sup>a</sup> Rosana, cumprimento todas as mulheres e todos os senhores que se encontram no recinto.

Gente, o homem é coisa boa, a mulher é melhor ainda. Nós não podemos somente condenar os homens, temos que olhar a parte deles também. É preciso que se faça um processo de encaminhamento de conciliação dos casais, como bem disse a Defensora, a educação está faltando em muitos lugares, principalmente a educação religiosa.

Eu dei aula por dezoito anos no Estado de Mato Grosso de ensino religioso e comentei com todos os meus ex-alunos a situação econômica, religiosa e social de todas as famílias, enquanto fui professora na escola. Eu levantei os casais que mal se entendiam e fiz um apanhamento

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

das coisas que mais perseguiam a situação de um casal. E dentro da minha escola, Nilo Póvoas, aqui no centro da cidade, eu consegui muita coisa. Muitos casais, que estavam até se separando, voltaram a conviver melhor.

Então, é preciso ter religião acima de tudo, a educação tem que estar dentro da religião, levando as famílias ao bom caminho. E digo mais aos senhores: o pai e a mãe, o casal é o começo da vida, a família é o pai e a mãe. Nós precisamos entender o que é a conciliação de um casal, porque hoje a situação econômica está emperrando a convivência. Nós sabemos, quem ganha pouco, como a mulher reclama, o homem reclama, os dois se desentendem e os filhos é quem pagam.

A discórdia na família é a pior coisa que pode existir. Nós não podemos viver brigando dentro de casa e se matando. Hoje, a violência está demais por discórdia do casal, pela educação não permanecer dentro da família, por a religião não existir, não se vê quase a família levar os filhos mais à igreja. Antigamente, no meu tempo, todas as famílias faziam Primeira Comunhão, hoje são contadas as famílias que fazem a Primeira Comunhão dos filhos. Nós temos que ver tudo isso e apoiar, tanto a mulher como o homem, é preciso ter um processo para o homem e para a mulher. Temos que dar o apoio e levar ao nosso Governador essa assistência, é preciso que o Poder Legislativo e o Poder Executivo interfiram na convivência dos casais para que possamos ter dias melhores. A economia faz parte, mas hoje a discórdia está demais. A educação tem que ser a base de tudo.

Eu quero agradecer a todos e contem comigo, mesmo com 81 anos, eu estou aí para ajudar quem precisar de mim, tanto a mulher como o homem.

Obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO GUILHERME MALUF) - Muito bem, Dona Maria Orly.

Convido a Jucelina Martins...

Juceliana, é isso?

...neste ato representando a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar e a subseção da OAB de Várzea Grande, para usar da palavra.

A SR<sup>a</sup>. JUCELIANA MARTINS - Boa tarde a todas e a todos os presentes!

Cumprimento o Sr. Deputado e demais autoridades da mesa.

Praticamente na Comarca de Várzea Grande, também, não é um cenário diferente. O índice de violência doméstica familiar na Comarca de Várzea Grande, também, tem um grave risco ali em relação às mulheres, altos delitos acontecendo contra... A violência contra a mulher.

Assim, a OAB de Várzea Grande, o Ministério Público, a Defensoria Pública, com o apoio da UNIVAG, com o apoio do CRAS e CREAS, nesse mês de março, nós assinamos um protocolo de intenções com o Poder Municipal ali da região para que toda essa violência possa mitigar em relação à violência doméstica. Também, nós estamos com essa rede de enfrentamento na Comarca de Várzea Grande e estamos fazendo várias reuniões em conjunto com o Ministério Público, Defensoria, OAB, CRAS, CREAS, a parte de agente assistencial, psicológica, também, e dos agentes de saúde.

E tem avançado a rede usuária de Várzea Grande. Nesta semana, houve uma reunião sobre a implementação da Patrulha Maria da Penha. O nosso efetivo de Guarda Municipal é pequeno, então, houve uma parceria da Guarda Municipal com a Polícia Militar em relação à Várzea Grande.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Haverá a capacitação em relação à Guarda da Patrulha Maria da Penha; também tivemos uma capacitação da implementação da rede de Várzea Grande, trazida pela Ana Emília, advogada e doutora, que trouxe um protótipo da rede de enfrentamento de Barra do Garças.

Obrigada pelo espaço para poder registrar toda essa parte da rede de enfrentamento que já está instalada na Comarca de Várzea Grande. E que possamos, em outras regiões, outras comarcas aqui em Cuiabá e as mais próximas, fazer esse trabalho mais rápido das redes de enfrentamento, porque a rede de enfrentamento, com todos unidos, Ministério Público, poder jurisdicional, com o apoio do poder público local e também a Guarda - onde tiver Guarda Municipal - e a PM, é todo um esforço unido para reduzir e mitigar a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Nós vimos que o problema da violência familiar contra a mulher aumenta cada vez mais no Município de Várzea Grande quando a vítima também é menor de 18 anos. E temos que aplicar medidas protetivas da Lei Maria da Penha com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Está aumentando cada vez mais em nossa comarca esse tipo de caso também que envolve a mulher, não a mulher maior, mas a mulher adolescente.

Muito obrigada pelo espaço. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Muito obrigado.

Vamos chegar ao fim da nossa Audiência Pública e eu queria fazer alguns encaminhamentos: primeiro, levar ao Plenário da nossa Assembleia Legislativa de Mato Grosso, em seguida ao Governador do Estado, uma deliberação de três prioridades que considero podermos construir desta Audiência Pública. A primeira delas é reestruturação da delegacia da mulher, inclusive, com um atendimento multidisciplinar, maior efetivo, até a questão física, o espaço, porque pelo que nos mostraram, há uma dificuldade.

Segundo ponto, seria o Revive, um centro de referência para a mulher. Então, irei trabalhar com os Deputados da Assembleia Legislativa para que possamos separar no orçamento recursos para a construção do Revive. Independente dos recursos federais, nós temos condições, os Deputados estaduais, de trabalhar esse Revive para as mulheres. E pode também, nesse Revive, funcionar o centro de educação para os homens agressores. Então, não quer dizer que nós temos os prédios públicos que estão cada vez mais escassos, nós temos que otimizar os espaços. Se der para colocar isso, lógico, de uma maneira que não coincidam os espaços, entre as pessoas que foram violadas ou que foram agredidas com os agressores.

(ALGUÉM FALA DA PLATEIA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) – Por exemplo, no final de semana, no sábado, quando o prédio não estiver sendo utilizado. Eu defendo que o prédio público funcione sábado e domingo, Coronel, porque está cada vez mais difícil conseguirmos prédio público. Então, temos que colocar escolas, prédios públicos de uma forma geral para funcionar no final de semana. Eu acho que temos que fazer isso, enquanto agentes públicos.

(ALGUÉM FALA DA PLATEIA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) – Mas eu não estou excluindo essa condição. Têm algumas ações que dependem deste Parlamento. Por exemplo, isso que a senhora está falando eu acho que é um envolvimento social inteiro, inclusive das igrejas, das *ongs*, instituições que possam trabalhar. Eu diria que o problema principal, já foi dito aqui pela Dona Maria Orli, é a valorização da família. Então, se nós trabalharmos a valorização da família, provavelmente, iremos resolver isso. Mas não tem como trabalharmos a Assembleia Legislativa diretamente nisso.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

Eu estou propondo uma deliberação da Assembleia Legislativa especialmente no que se refere a questão da Delegacia da Mulher, do REVIVE e da Patrulha Maria da Penha. Essas três ações, eu posso intervir, enquanto Deputado. Na família diretamente, eu não tenho condições de intervir através de políticas públicas e capacitação...

Por exemplo, eu tenho um Projeto de Lei que já foi aprovado pela Secretaria de Bem-estar Social que se chama Pró-capacitar, onde vamos capacitar – são recursos das minhas emendas na ordem de um milhão de reais – quatro mil mulheres da Baixada Cuiabana. Isso vai entrar assistente social, nós iremos fazer um diagnóstico para vermos onde que existem os bolsões de vulnerabilidade, enfim, isso foi aprovado pelo Governo do Estado, pela Secretaria de Bem-estar. Eu tenho que agradecer ao Governador Pedro Taques que entendeu a necessidade desse Projeto e nós colocamos os recursos para conseguir isso.

Então, eu entendo o que a senhora está falando, nós vamos trabalhar, mas isso é um trabalho contínuo.

Vou tirar desta Audiência Pública essas três prioridades, que é a patrulha Maria da Penha, o REVIVE e a estruturação da Delegacia da Mulher.

Essa questão da inclusão no currículo, eu acho ótimo, inclusive já tem uma Lei da Deputada Janaina Riva, eu vou verificar onde está essa Lei para que possamos acelerar - cumprimento a Deputada Janaina Riva por isso - essa tramitação. E aí, se Deus quiser, após conseguirmos que vire lei, nós incluiremos no currículo escolar do ano que vem, fazemos uma preparação e levamos para as escolas essa inclusão no currículo escolar.

Então, são três de forma imediata, e essa da Deputada Janaina Riva que nós vamos acelerar aqui na Casa.

(A INTEGRANTE DA MESA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) – Sim, eu estou colocando como item numero 1 essa questão, inclusive o funcionamento 24h e maior efetivo. Vamos trazer isso para o colégio de líderes, inclusive vou apresentar esse relatório para colégio de líderes, vou convidar algumas dessas autoridades, quem se dispuser a nos acompanhar no colégio de líderes da nossa Assembleia Legislativa, onde apresentarei essas três prioridades...

É isso. Muito obrigado a todas, eu não tenho a menor pretensão de ficar aqui realmente só debatendo problemas, precisamos passar para as ações efetivas. Então, por isso que estou levando essas três prioridades, porque sei que eu consigo trabalhar essas três prioridades tanto em nível do meu Partido Político. Eu vou levar isso como prioridade para meu Partido, para o Governador, que nós trabalhamos com ele e para Assembleia Legislativa, sobre a Presidência do Deputado Eduardo Botelho, que com certeza será sensível a essas três prioridades.

Muito obrigado a todas. Obrigado a todas as autoridades que deixaram seus afazeres, tenho certeza que teremos que fazer muitas audiências como esta, para que possamos reverter esse quadro vergonhoso que o Estado de Mato Grosso tem.

Muito obrigado! (PALMAS)

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:
- Alessandra Maria Oliveira da Silva
- Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER POLÍTICAS PÚBLICAS QUE OBJETIVAM**  
**A REDUÇÃO DOS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MATO GROSSO,**  
**REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2018, ÀS 14H.**

---

- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Luciane Carvalho Borges;
- Taiza Antônia Noujain;
- Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
  - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
  - Patricia Elena Carvalho;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Sheila Cristiane de Carvalho;
  - Solange Aparecida Barros Pereira.